

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 536.942 - SP (2019/0295567-1)

RELATOR : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
FLÁVIO DE ALMEIDA PONTINHA - SP269293
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : VALDSON BATISTA DOS SANTOS (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em benefício de **Valdson Batista dos Santos** – condenado à pena total de 28 anos, 11 meses e 29 dias de reclusão, em regime inicial fechado, pela prática dos delitos previstos nos arts. 157, § 2º, I, por uma vez, e 157, § 2º, I e II, por quatro vezes, ambos do Código Penal, com término previsto para 9/11/2039 (fls. 18/22) –, em que se aponta como autoridade coatora a 5ª Câmara de Direito Criminal do Tribunal de Justiça de São Paulo (Agravado em Execução Penal n. 7003957-95.2018.8.26.0344/SP), a qual cassou a decisão do Juízo de Execuções Criminais, para determinar a submissão *do paciente à realização de exame criminológico pro comissão disciplinar, com o consequente retorno do agravado ao regime fechado* (fl. 18).

Daí a presente impetração, em que se alega constrangimento ilegal consistente na imposição de exame criminológico para a progressão de regime do paciente (fls. 3/17).

Postula a impetrante, ao final, a concessão liminar e no mérito do seguinte (fls. 16/17):

[...] Diante do exposto, o IMPETRANTE, vem, com o maior respeito a presença da Colenda Turma requerer seja recebido e processado a presente ordem, sob o efeito da liminar, SUSTANDO-SE A SUBMISSÃO DO PACIENTE AO REGIME DE PENA MAIS RIGOROSO, repudiando o constrangimento ilegal que do desacerto da decisão do TRIBUNAL-COATOR já vem causando, e, requisitadas as informações do TRIBUNAL-COATOR, ouvido MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, em parecer, para, ao final, seja CASSADO O JULGADO DO AGRAVO EM EXECUÇÃO pelo TRIBUNAL-COATOR, MANTENDO-SE A DECISÃO MONOCRÁTICA PELOS SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS LEGAIS, EIS QUE CONDIGNA COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE E ENTENDIMENTO JURISPRUDENCIAL, permitindo assim o cumprimento progressivo da pena nos termos do artigo 112 da LEP, por ser a expressão da mais lúdima JUSTIÇA!

[...]

Superior Tribunal de Justiça

É o relatório.

O deferimento de liminar em *habeas corpus* é medida de caráter excepcional, cabível apenas quando a decisão impugnada estiver eivada de ilegalidade flagrante, demonstrada de plano.

Em juízo de cognição sumária, afigura-se inviável acolher-se a pretensão, porquanto o acórdão impugnado, ao cassar a decisão singular, consignou que, para a concessão de progressão de regime prisional, faz-se necessária a realização de exame criminológico, sobretudo em razão da verificação da prática de 3 faltas de natureza grave e 1 média, em desfavor do paciente, nos seguintes termos (fls. 21/22 – grifo nosso):

[...] No caso em comento, de se ver que o bom comportamento carcerário do sentenciado é insuficiente para atestar, por si só, o cumprimento do requisito subjetivo para o deferimento de progressão de regime, devendo o juiz considerar a existência de falta disciplinar grave, prática de novos delitos no curso de benefícios concedidos e, até mesmo, a forma de cometimento do delito. Enfim, tudo o que possa demonstrar a personalidade do reeducando, para que não se coloque em risco a sociedade, principalmente, porque em regime mais brando o apenado será beneficiado com trabalho externo e saídas temporárias.

[...]

Portanto, era incabível a promoção do agravado, reincidente e que registra a prática de três faltas graves e uma média, ao regime intermediário, sem que ficasse comprovado ser ele merecedor do benefício, pois isso coloca em risco a comunidade, mormente quando ele foi condenado pela prática reiterada de crimes graves cometidos com violência, o que demonstra sua personalidade desabonadora.

De outra parte, conforme entendimento desta Câmara, a Lei de Execução, com a reforma de 2003, não aboliu o exame criminológico, devendo os condenados por crimes graves, como no caso em comento, serem submetidos à avaliação técnica.

Nesse contexto, necessária se faz a realização de exame criminológico, para se aferir a assimilação da terapêutica penal e verificar se há elementos indicativos de que o agente não voltará a delinquir.

Ante o exposto, dá-se provimento ao recurso para cassar a r. decisão guerreada e determinar a realização de exame criminológico por comissão multidisciplinar, com o conseqüente retorno do agravado ao regime fechado.

[...]

Neste juízo prelibatório, da leitura do *decisum* impugnado, **não** verifiquei o *fumus boni iuris* indispensável à concessão da tutela de urgência, sobretudo porque consolidou-se nesta Superior Corte de Justiça entendimento no sentido de que *o cometimento de falta grave no curso da execução penal ocasiona a regressão de regime*

Superior Tribunal de Justiça

e justifica a exigência de exame criminológico para futura progressão (HC n. 519.383/SP, Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, Quinta Turma, DJe 25/9/2019).

Inclusive, de acordo com a Súmula 439/STJ: *admite-se o exame criminológico pelas peculiaridades do caso, desde que em decisão motivada.*

No caso dos autos, verifica-se que o acórdão impugnado utilizou-se de argumento idôneo para determinar a regressão de regime e a realização de exame criminológico, *baseando-se na gravidade dos crimes cometidos e no cometimento de faltas disciplinares de natureza grave, portanto, em princípio, inexistente constrangimento ilegal, tendo em vista que a exigência do exame criminológico foi devidamente fundamentada pelo Tribunal de origem (HC n. 336.999/SP, Ministro Ribeiro Dantas, Quinta Turma, DJe 11/12/2015).*

Ademais, a motivação que ampara o pedido liminar confunde-se com o próprio mérito do *writ*, devendo o caso concreto ser analisado mais detalhadamente quando da apreciação e do seu julgamento definitivo.

Com essas considerações, não tendo, por ora, como configurado constrangimento ilegal passível de ser afastado mediante o deferimento da liminar ora pretendida, com manifesto caráter satisfativo, **indefiro-a.**

Solicitem-se informações ao Juízo de Direito da Vara de Execuções Criminais da comarca de Marília e à autoridade apontada como coatora, particularmente, acerca da situação atual do paciente.

Após, ao Ministério Público Federal para parecer.

Publique-se.

Brasília, 02 de outubro de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior
Relator